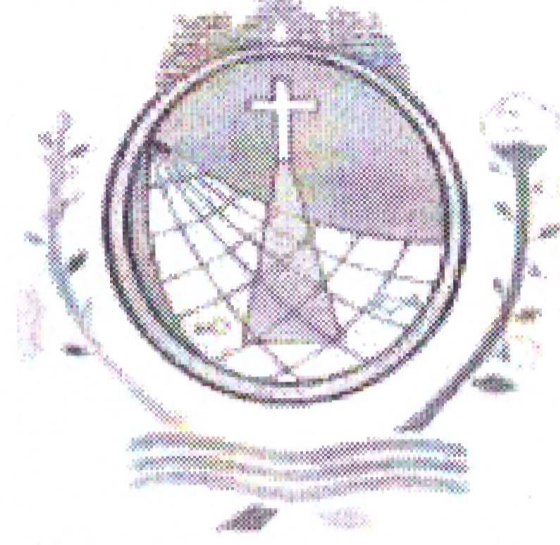


**ESTADO DA PARAIBA**



**SÃO JOSE DE PIRANHAS/PB**

**DIÁRIO DO TEMPO**

**JORNAL OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS-PB**

*CRIADO PELA LEI Nº 64 DE 25 DE JUNHO DE 1977*

**São José de Piranhas, em 15 de Abril de 2024 – EDIÇÃO EXTRA**

**PUBLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CONSELHO MUNICIPAL DA  
EDUCAÇÃO Nº001/2024 E DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE EDUCACAO DE SÃO JOSE DE PIRANHAS**



**ESTADO DA PARAÍBA  
SÃO JOSÉ DE PIRANHAS  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

*(Lei Municipal de Criação nº 543, de 26 de outubro de 2015)*

**RESOLUÇÃO CME Nº 001/2024**

**INSTITUI           NORMAS  
OPERACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO EM TEMPO  
INTEGRAL DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL, COM  
BASE NA LEI Nº 14.640 DE 31 DE JULHO DE 2023 E  
Portaria nº 1.495, de 12 de agosto de 2023.**

**O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS- PB**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.396/96, **CONSIDERANDO** o Plano Nacional de Educação, o Documento Curricular do Estado da Paraíba e o Plano Municipal de Educação.

**CONSIDERANDO** a Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, que visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspectiva da educação integral.

**CONSIDERANDO** a competência do Conselho Municipal de Educação, para definição das políticas públicas que considera relevantes na afirmação dos direitos sociais, embasa-se na Constituição Federal (CF/1988), no art. 30, incisos I e II, no que diz respeito às competências dos Municípios em “legislar sobre assuntos de interesse local” e “suplementar a legislação federal e a estadual quando couber”, e na autonomia do Município como ente do Sistema Federativo;

**CONSIDERANDO** que a Educação de Tempo Integral são aquelas unidades escolares de ensino Municipal de turno integral, que têm como objetivo a

formação de indivíduos autônomos, solidários e produtivos, com conhecimentos, valores e competências dirigidas ao pleno desenvolvimento da pessoa humana e seu preparo para o exercício da cidadania, mediante conteúdo pedagógico, método didático e gestão curricular e administrativa próprios, conforme regulamentação, observada a Base Nacional Comum.

**CONSIDERANDO** a Portaria nº 01/2024, de 26 de Janeiro de 2024, que regulamenta a Política de Educação em Tempo Integral no Município de São José de Piranhas-PB.

**RESOLVE,**

**Art. 1º** Instituir Diretrizes para a implantação da Política de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de São José de Piranhas, Estado da Paraíba

**Parágrafo único:** Considera-se Educação Integral em Escolas de Tempo Integral, a jornada escolar com duração igual ou superior a sete horas diárias ou 35 horas semanais durante todo o período letivo, compreendendo o tempo total em que o aluno permanece na escola, ou em atividades escolares em outros espaços da comunidade

**Capítulo I**  
**Das Concepções e Finalidades**

**Art. 2º** Compreende-se Educação Integral em Escola de Tempo Integral como uma proposta de construção intencional de processos educativos que promovam aprendizagens sintonizadas com as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes e, também, com os desafios da sociedade contemporânea, levando-se em consideração as diferentes infâncias e juventudes, as diversas culturas e as novas formas de existir.

§ 1º Propõe-se, a partir desta concepção, a não compartimentalização dos saberes/conhecimentos, o fomento à realização dos projetos de vida, bem como o protagonismo estudantil.

§ 2º Constitui-se a Educação Integral como um projeto coletivo que visa à realização do desenvolvimento pleno dos estudantes, seu preparo para a cidadania e qualificação para o trabalho, com vistas na liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

**Art. 3º** A Educação Integral em Escola de Tempo Integral tem por finalidade precípua, a concepção de educação em uma perspectiva plural, singular e integral dos estudantes, considerando-os sujeitos de

aprendizagem, de modo a efetivar processos educativos voltados ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de suas singularidades e diversidades.

## **Capítulo II DOS OBJETIVOS E PRINCÍPIOS**

**Art. 4º** Objetiva-se, através da implantação da Política de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral, desenvolver ações socioeducativas que efetivem a meta 06 constante no Plano Nacional de Educação (PNE) e, por conseguinte, no Plano Municipal de Educação (PME), compreendida como uma política de Estado em prol do desenvolvimento pleno dos estudantes.

**Parágrafo Único:** Objetiva-se, portanto, diminuir as desigualdades educacionais e sociais por meio de ações socioeducativas, nas quais os educandos tenham acesso a diferentes saberes.

**Art. 5º** Constituem-se princípios da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral:

I - a articulação dos Componentes Curriculares com diferentes campos de conhecimento e práticas socioculturais, tais como a investigação científica, cultura e artes, esporte e lazer, cultura digital, educação financeira, comunicação e uso de mídias, meio ambiente, direitos humanos, práticas de prevenção aos agravos à saúde, promoção da saúde e da alimentação saudável, dentre outros;

II - a constituição de territórios educativos para o desenvolvimento de atividades de educação integral, por meio da integração dos espaços escolares com equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas públicas, praças, parques, museus e cinemas;

III - a integração entre as políticas educacionais e sociais, em interlocução com as comunidades escolares;

IV - a valorização das experiências históricas das escolas de tempo integral como inspiradoras da educação integral na contemporaneidade;

V - o incentivo à criação de espaços educadores sustentáveis com a readequação dos prédios escolares, incluindo a acessibilidade, à gestão, à formação de professores e à inserção das temáticas de sustentabilidade ambiental nos currículos e no desenvolvimento de materiais didáticos;

VI - a afirmação da cultura dos direitos humanos, estruturada na diversidade, na promoção da equidade étnico-racial, religiosa, cultural, territorial, geracional, de gênero, de orientação sexual, de opção política e de nacionalidade, por meio da inserção da temática dos direitos humanos na formação de professores, nos currículos e no desenvolvimento de

materiais didáticos;

VII - a articulação entre sistemas de ensino, universidades e escolas para assegurar a produção de conhecimento, a sustentação teórico-metodológica e a formação inicial e continuada dos profissionais no campo da educação integral.

**Art. 6º** Constituem-se em objetivos da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral:

I - promover diálogo entre os objetos de conhecimentos escolares e os saberes locais;

II - viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões;

III - favorecer a convivência entre professores, estudantes e suas comunidades;

IV - convergir políticas educacionais e programas de saúde, assistência social, cultura, esporte, direitos humanos, educação ambiental, divulgação científica, enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes, integração entre escola e comunidade, para o desenvolvimento do projeto político-pedagógico de educação integral;

V - instituir currículo diversificado, assegurando a intersecção dos diferentes saberes, ampliando as oportunidades de desenvolvimento integral;

VI - incentivar o protagonismo juvenil e as diversas formas humanas de aprender e construir conhecimento.

VII - ofertar atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor.

### **Capítulo III DAS DIRETRIZES**

**Art. 7º** As Diretrizes norteadoras para a implantação da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral apresentam-se em consonância com o quanto disposto no Plano Nacional de Educação e Plano Municipal de Educação, a saber:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade da educação;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;

VII - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

#### **Capítulo IV DO PÚBLICO ALVO**

**Art. 8º** O público-alvo da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral são os estudantes matriculados nas Unidades Escolares Públicas que ofertam a Educação Básica.

**Parágrafo Único:** No âmbito municipal, considera-se público-alvo da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral os estudantes matriculados nas Unidades Escolares Municipais, desde a Educação Infantil ao Ensino Fundamental Anos Finais.

#### **Capítulo V DOS EIXOS ESTRUTURANTES**

**Art. 9º** A Educação Integral em Escolas de Tempo Integral deve se assentar em cinco eixos estruturantes:

- I – Ampliar;
- II – Formar;
- III – Fomentar;
- IV – Entrelaçar;
- V – Acompanhar.

§ 1º No Eixo Ampliar, deve-se considerar a ampliação das matrículas de tempo integral, pautada em uma gestão comprometida com o diagnóstico e planejamento do sistema de ensino para a distribuição eficiente e equitativa.

§ 2º O Eixo Formar compreende um amplo e participativo processo de atualização de orientações curriculares para o fortalecimento do currículo de Educação Integral considerando além do tempo, os espaços escolares, os insumos materiais, os sujeitos, os saberes diversos e os

territórios além da escola.

§ 3º Fomentar é estimular a realização de projetos inovadores de educação, possibilitando a ampliação dos meios de aprender, com a finalidade de inserir na ambiência escolar a diversidade, a acessibilidade, a sustentabilidade e o apreço aos direitos humanos.

§ 4º Entrelaçar constitui-se em articular a educação com os campos da Saúde, da Assistência Social, da Cultura, dos Esportes, do Meio Ambiente, dos Direitos Sociais com a finalidade de identificar situações de vulnerabilidade social, violências e violações nas infâncias e adolescências para atuar de maneira colaborativa visando a promoção do desenvolvimento integral.

§ 5º O Eixo Acompanhar prevê direcionamento e avaliação permanente das ações desenvolvidas no projeto de Educação Integral, de modo a (re) definir estratégias ao longo do percurso formacional.

## **Capítulo VI DA METODOLOGIA**

**Art. 10** A metodologia na Educação Integral em Escolas de Tempo Integral deve propiciar a construção do conhecimento/saberes por meio das metodologias ativas que sobreelevam o protagonismo das infâncias e adolescências, visando:

I – o desenvolvimento pleno dos estudantes: ao incorporar no processo de ensino-aprendizagem desafios da sociedade contemporânea, não se limitando a promover apenas o acúmulo de informações, mas propiciando aos estudantes a habilidade de aprender a aprender, de forma responsável e autônoma.

II – a integração curricular: estabelecendo-se relações entre os aprendizados, de modo a execrar a fragmentação do conhecimento, realçando a importância da educação para o desenvolvimento dos projetos de vida dos estudantes.

III – a visão de estudante: compreendendo a criança e o adolescente como sujeitos de direitos, valorando suas experiências de vida, em um projeto educacional voltado para o acolhimento e reconhecimento da singularidade de cada criança, adolescente ou jovem adulto.

## **Capítulo VII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11** Para a implantação da Política de Educação Integral em Escolas de Tempo Integral, deverá a Secretaria Municipal de Educação

elaborar Programa específico que, com base nesta Resolução, promova o devido detalhamento das ações/intervenções realizadas no âmbito das Unidades Escolares Públicas Municipais.

**Parágrafo Único:** O Programa de que trata o caput deste artigo deverá ser remetido a este Conselho Municipal de Educação para o exercício salutar de suas competências regimentais.

**Art. 12** Recomenda-se o envolvimento de toda a comunidade escolar, sociedade civil e famílias dos estudantes com a finalidade de estabelecer ações conjuntas, sugerindo-se para tanto a realização de Audiência Pública para apresentação do Programa e Escuta dos estudantes que compõem o público-alvo desta Resolução.

**Art. 13** Por se tratar necessariamente de uma Política Intersectorial, deverá a Secretaria Municipal de Educação articular ações de parcerias com as diversas Secretarias Municipais para a efetivação da Educação Integral em Escolas de Tempo Integral no município de Itaquara.

**Art. 14** Orientações e normativas complementares poderão ser publicadas caso ocorram outros encaminhamentos e/ou deliberações nacionais, estaduais ou municipais sobre a temática abordada nessa Resolução.

**Art. 15** Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo CME do município de São José de Piranhas e Publicação.

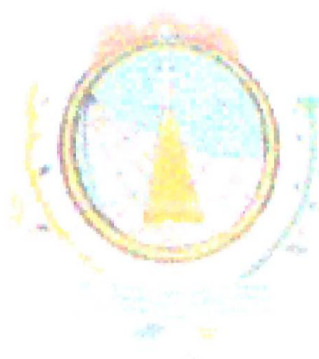
Aprovada adesão, por unanimidade, pela Plenária, em sessão de 14 de fevereiro de 2024.



---

Meirecelly Inácio de Sousa  
Presidente do CME





## **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ DE PIRANHAS**

**Data:** 15 de fevereiro de 2024

**Local:** Auditório Maria Elza

A reunião foi iniciada às 19 h com as boas-vindas da presidente do conselho, Meirecelly Inácio.

### **Pauta: Apresentação e Aprovação da Minuta da Resolução da Escola de Tempo Integral para as Escolas Municipais de São José de Piranhas**

A presidente do conselho introduziu a pauta da reunião, que consistia na apresentação da minuta da resolução proposta pela Secretaria de Educação para implementação de Escolas de Tempo Integral nas escolas municipais de São José de Piranhas. A minuta foi apresentada pela presidente do Conselho, que destacou os principais pontos do projeto.

Após uma discussão detalhada, o conselheiro Cláudio Dias expressou a necessidade de que a resolução tomasse por base a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023. Esta lei, que dispõe sobre o Programa Escola em Tempo Integral, no âmbito do Ministério da Educação, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral, deveria servir como referência para o desenvolvimento e implementação da resolução.

Considerando essa ressalva, foram propostas algumas alterações na minuta original para garantir que a resolução estivesse alinhada com as disposições da referida lei.

Depois de debater as sugestões e considerar as ressalvas dos membros do conselho, foi realizada uma votação. A minuta da resolução foi aprovada por unanimidade, com a condição de que as alterações propostas fossem incluídas para garantir a conformidade com a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023.

### **Decisões Tomadas:**

1. A minuta da resolução da Escola de Tempo Integral para as Escolas Municipais de São José de Piranhas foi aprovada por unanimidade, com base na condição de que sejam realizadas as alterações para garantir a conformidade com a Lei 14.640 de 31 de julho de 2023.
2. A presidente do conselho irá comunicar oficialmente à Secretaria de Educação as alterações propostas e solicitará que sejam incluídas na resolução antes da sua implementação.

A reunião foi encerrada às 20 h pela presidente do conselho, Meirecelly Inácio de Sousa.

Esta ata foi aprovada na reunião do conselho, realizada em 15 de fevereiro de 2024, conforme registrado em nossos documentos.

Assinaturas:

Presidente do Conselho: Maíregelly Práxia de Souza  
Secretária do Conselho: Gabriel de Oliveira Gomes

Maria Elite de Souza  
Claudilene Feres do Silva  
Ana Paula Mendes Lima  
Júlio César de Souza  
Georgina Vieira de Moraes  
Francineide Bezerra da Silva